

CONSULTA ELEITORAL NA UFRRJ

Três chapas disputam a Administração Central da Universidade



Entre os dias 31/10 e 1º/11, três chapas realizaram inscrições e vão disputar as eleições para a Administração Central da UFRRJ.

O primeiro turno da consulta eleitoral ocorre nos próximos dias 27 e 28 de novembro e envolve toda a comunidade ruralina.

Abaixo, confira a nominata das chapas. A identificação (como chapa 1, 2 e 3) seguiu a ordem de inscrição, conforme previsto pelo Regimento em vigor.

CHAPA 1 - TEMPO DE VIVER MELHOR

Ana Maria Dantas Soares
Reitora

Eduardo Mendes Callado
Vice-Reitor

Pedro Paulo de Oliveira Silva
Pró-Reitor de Assuntos Administrativos

Cesar Augusto Da Ros
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Lígia Cristina Ferreira Machado
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Katherina Coumendouros
Pró-Reitora de Extensão

Roberto Carlos Costa Lelis
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Nidia Majerowicz
Pró-Reitora de Assuntos Financeiros

CHAPA 2 - TRAVESSIA

José Antônio de Souza Veiga
Reitor

Regina Célia Lopes Araujo
Vice-Reitora

José Henrique dos Santos
Pró-Reitor de Administração Intercampi*

Cristina Maria Barra
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Vivência*

Marco Antonio da Silva Vasconcellos
Pró-Reitor de Graduação*

Sandra Barros Sanchez
Pró-Reitora de Extensão e Cultura*

João Batista Rodrigues de Abreu
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Márcia Cristina Rodrigues Cova
Pró-Reitora de Administração e Finanças*

CHAPA 3 - INTERAÇÃO / RURAL INTERCAMPI

Antônio Carlos Nogueira
Reitor

Nelson Jorge Moraes Matos
Vice-Reitor

Otair Fernandes de Oliveira
Pró-Reitor de Assuntos Administrativos

Marcos Antônio da Silva Batista
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Sissi Aparecida Martins Pereira
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Andreza Aparecida Franco Câmara
Pró-Reitora de Extensão

Antônio Carlos de S. Abboud
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Geisa Aparecida Silva
Pró-Reitora de Assuntos Financeiros

*Nomenclatura dos cargos foi definida pela chapa.

ELEIÇÕES: 27 e 28 de novembro

REUNIÃO DA COORDENAÇÃO CSP-CONLUTAS

ADUR-RJ envia representantes ao evento, que discutiu a mobilização dos SPF este ano

Os professores Heitor Mothé Filho e Alexandre Pinto Mendes estiveram em São Paulo para participar da reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, entre os dias 26 e 28 de outubro. A seguir, eles apresentam um relato, com as principais deliberações do evento.

Conjuntura nacional e internacional

No primeiro dia da reunião da coordenação nacional da CSP-Conlutas, o tema foi a análise da conjuntura nacional e internacional. No plano interno, analisou-se centralmente as repercussões da crise do capital no Brasil e a proposta de instituição do Acordo Coletivo Especial (ACE), vinda do sindicato dos melaúrgicos do ABC. A proposição visa alterar a legislação trabalhista para permitir que direitos garantidos em lei sejam flexibilizados pela negociação coletiva.

Na visão dos participantes da mesa, entre eles representantes de dissidências da direção majoritária da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o ACE é uma medida preventiva do governo contra a crise internacional, utilizando o sindicato do ABC para dar uma aparência de legitimidade a retirada de direitos dos trabalhadores em benefício do capital.

Outros temas relevantes, como a regulamentação do direito de greve no serviço público, foram tratados no mesmo sentido, como políticas de governo para transferir o ônus da crise aos trabalhadores. Como encaminhamento, apontou-se a necessidade de construir a mais ampla unidade entre os que lutam com os trabalhadores, cuja primeira iniciativa será o ato contra o ACE no dia 28 de novembro em Brasília.

Ao final do primeiro dia, organizou-se debate sobre a situação internacional, no qual discutiu-se a mobilização dos trabalhadores na Europa, a solidariedade à luta do povo palestino e a ao povo sírio. Destacou-se a organização da greve geral



FOTO: CONLUTAS

na Espanha, Portugal e Grécia para o dia 14 de novembro e as possibilidades de que o movimento se alastrasse pelo continente europeu. Por fim, foi feito um chamado às entidades da CSP-Conlutas para que discutam o envio de representações ao encontro sindical internacional que será realizado em março de 2012 na França.

Campanhas Salariais

Foram prestados os informes sobre as campanhas salariais das categorias no segundo semestre de 2012. Metalúrgicos de São José dos Campos, de Minas Gerais, trabalhadores da construção civil e Correios, servidores públicos apresentaram os balanços de suas greves e mobilizações. No cômputo geral, avaliou-se que as campanhas foram vitoriosas, e destacou-se a importância da CSP-Conlutas enquanto instrumento de organização da unidade entre as categorias em luta nos diversos estados, bem como no enfrentamento a burocracia das centrais sindicais governistas.

Movimentos Populares

Foi realizado um debate sobre o tema e sobre a recomposição de sua representação na Secretaria Executiva Nacional. Representantes do movimento luta popular e do movimento terra e

liberdade (MTL) expuseram a situação dos movimentos populares da cidade e do campo. A mesa contou ainda com a participação de um indígena Guarani-Kaiowa (**foto acima**) que reivindicou a solidariedade das entidades filiadas à CSP-Conlutas à luta de seu povo.

Setorial de Servidores Públicos

Discutiu-se o balanço das atividades desenvolvidas no período anterior e os encaminhamentos para os próximos meses. No caso dos servidores públicos, o objeto do balanço foi a greve de 2012.

Para a secretaria executiva nacional, a greve foi uma vitória do ponto de vista político e econômico, muito embora aspectos importantes das pautas específicas das categorias, como no caso do ANDES-SN, não tenham sido atendidas pelo governo.

Durante a reunião, o professor Heitor Mothé Filho, representante da ADUR-RJ, defendeu a necessidade de que o setorial aprenda com os erros cometidos durante o processo de greve, para que as próximas lutas tenham uma qualidade superior às desenvolvidas em 2012, em especial em função dos desafios colocados pela tentativa de restringir o direito de greve dos servidores.

REUNIÃO DO SETOR DAS IFES

Setor encaminha conjunto de ações em defesa da carreira docente

Nos dias 27 e 28 de outubro, os professores João Telhado Pereira e Antônio Mayhé representaram a ADUR-RJ na reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, que ocorreu em Brasília, na sede do ANDES-SN.

O encontro, que contou com a participação de 34 representantes de 25 seções sindicais, tinha por objetivo discutir estratégias para dar continuidade à campanha deste ano, na luta por melhores condições de trabalho e por um plano de carreira que atenda às demandas dos professores.

PL 4368

De acordo como a Diretoria do ANDES-SN, o Projeto de Lei - PL 4368/12, que trata da estruturação do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, recebeu 76 emendas na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). O prazo para apresentação das alterações foi encerrado no último dia 16, mas o texto ainda pode receber alterações nas próximas comissões que tramitará, como a de Educação e Cultura.

Segundo a Direção do Sindicato Nacional, a maioria das emendas converge com posições defendidas pelo ANDES-SN, conforme análise procedida pela Comissão Nacional de Mobilização - CNM e já remetidas às seções sindicais. O presidente da CTASP comprometeu-se com o ANDES-SN, em audiência com a presidente do Sindicato, em realizar audiência pública no dia 13 de novembro para discutir o PL.

O documento foi enviado pelo governo ao Congresso Nacional, no último dia 31 de agosto, como resultado de um acordo firmado entre o Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão – MPOG e o Proifes. Quando aprovado, vai alterar o plano de cargos e carreira dos professores do magistério superior, técnico e tecnológico, e do ensino básico federal; trazendo um reajuste escalonado em três anos, a partir de 1º de março de 2013.

ENCAMINHAMENTOS

- Acompanhar o processo de discussão e votação do PL 4368/2012, pressionando e defendendo emendas a favor de nossas demandas;

- Aprofundar o debate a respeito do PL 4368/2012 na base da categoria, utilizando o conteúdo das emendas como argumento pedagógico a respeito do que está em disputa e expondo o caráter desestruturador contido na proposta do governo;

- Que a pressão sobre os parlamentares nos estados seja feita de forma articulada entre as seções sindicais, as regionais do ANDES-SN e, na medida do possível, com o Sinasefe, buscando a apresentação de emendas e posicionamentos positivos, tendo como referência o plano de carreira do ANDES-SN;

- Trabalhar junto ao Sinasefe para afinar os princípios da carreira para que se tenha um discurso único sobre a carreira docente;

- Divulgar para os deputados, senadores e para a sociedade que a categoria docente estará em vigília quanto à tramitação do PL;

- Marcar o dia 13 de novembro como **DIA NACIONAL DE LUTA PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE**, realizando atividades em todas as IFEs para acompanhar e politizar o debate sobre a tramitação do PL, aproveitando o mote para retomar a pauta da carreira docente na imprensa;

- Participar da audiência pública na CTASP marcada para o dia 13 de novembro propondo que seja transmitida ao vivo pela TV Câmara ou transmitida diretamente pela internet e trabalhar pela convocação de audiências públicas sobre o PL, também, na Comissão de Educação e Cultura;

- Mobilizar a presença de representantes das seções sindicais na Câmara dos Deputados, no dia 13 de novembro, para participar da audiência pública e pressionar os deputados;

- As seções sindicais devem encaminhar e-mails aos parlamentares e para toda a sua lista de contatos divulgando e solicitando atenção para a audiência pública na CTASP;

- Recomendar a convocação da CNM na semana do dia 13 de novembro;

- Desencadear “chuva de e-mails” dirigida ao gabinete do Ministro da Educação cobrando providências para reestruturar a carreira e reverter a precarização do trabalho docente nas IFEs;

- desenvolver uma agenda crescente de ações locais e nacionais no sentido de reverter a precarização das condições de trabalho, complementando as pautas locais, a pesquisa de informações por IFE, a análise de dados orçamentários e a sistematização em “dossiês-denúncia”;

- Dar sequência à discussão/negociação dos dois pontos da nossa pauta, carreira docente e condições de trabalho com o Executivo, ANDIFES, CONIF, CONDICAP e CONDETUF;

- Manter a articulação entre os segmentos (Sinasefe/Fasubra/estudantes) fortalecendo a unidade em torno da luta pelos direitos dos trabalhadores, por condições adequadas ao desenvolvimento do trabalho acadêmico e permanência estudantil, e também em defesa das IFEs;

- Reforçar as ações das seções Sindicais nos Estados sobre os seus deputados federais solicitando a estes encaminhar requerimento, ao Deputado Marco Maia, presidente da Câmara dos Deputados, pedindo a inclusão da PEC 555 na ordem do dia para votação;

- As seções sindicais e as regionais do ANDES-SN devem intensificar as iniciativas para rearticulação dos fóruns estaduais e regionais de servidores públicos com o objetivo de fortalecer a mobilização conjunta, as ações em defesa dos serviços públicos e dos direitos dos servidores e, também, elevar o patamar organizativo para a campanha 2013;

- Intensificar as ações em conjunto com os três segmentos pela não contratualização com a EBSERH nas universidades;

- Ampliar o debate na base da categoria sobre a EBSERH e seu impacto sobre o ensino, a pesquisa e a assistência.

Docentes da UFRRJ participam de Congresso sobre Educação Tutorial

Nos dias 15 e 16 de outubro, professores da UFRRJ estiveram na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ para participar do II Congresso Brasileiro de Educação Tutorial, promovido pela Sociedade Brasileira de Educação Tutorial (SBrET). Discutiram sobre as recentes alterações promovidas pelo Ministério da Educação no Programa de Educação Tutorial (PET), cujo objetivo é promover a ponte entre a prática de pesquisa e a extensão na Universidade. Criado em 1979 e sancionado pela Lei 11.180/2005 e regulamentado pelas portarias (nº 3.385/2005, nº 1.632/2006, nº 1.046/2007 e 976/2010), o PET cresceu. De acordo com o MEC, desde 2010, o Programa de Educação Tutorial envolve também o programa “Conexões de Saberes”, cuja ênfase é na expansão universitária.

Os professores Otair Fernandes de Oliveira (IM), Alexandre Monteiro de Carvalho (IF) e Luciano da Silva Alonso (IB), docentes da Rural e tutores do PET, participaram do evento juntamente com alguns alunos bolsistas da Rural. De acordo com o Luciano, que também é diretor da ADUR-RJ, durante o evento foram feitas críticas à forma como o MEC tem gerido o PET.

O Programa, que envolve cerca de 800 professores tutores e nove mil alunos no país, tem sofrido distorções em sua concepção inicial, já que o Ministério da Educação lança editais que alteram o perfil do PET, sem ouvir a comunidade universitária.

Alguns professores disseram que o PET tornou-se apenas “um programa de bolsa”, distribuída de



forma desigual, ferindo princípios que norteiam historicamente o PET, por uma formação de qualidade no ensino superior.

Para Luciano Alonso, “na UFRRJ o PET está vigente desde 2006 e funciona bem graças ao coletivo de alunos e tutores que se esforçam para que a essência do Programa não seja perdida”.

CARTA DO RIO DE JANEIRO SOBRE EDUCAÇÃO TUTORIAL

Aprovada pela Assembléia do II Congresso Brasileiro de Educação Tutorial
Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2012

1. Todo aluno de Graduação deve ter direito e acesso à formação que inclua suficiente e adequadamente Pesquisa e Extensão, privilegiando-se os fundamentos e propósitos da metodologia de Educação Tutorial em Grupo;

2. A Educação Tutorial configura-se não apenas quando envolve a participação de um Professor-Tutor, mas porque adota metodologia em que atividades de Pesquisa e Extensão convergem para o Ensino;

3. Pesquisa de Graduandos, em Educação Tutorial, não é da mesma natureza das pesquisas do PIBIC e compreende despertar e capacitar o aluno para a inovação e para a construção de saberes com criatividade e autonomia;

4. Extensão de Graduandos, em Educação Tutorial, não é “assistencialismo social”, mas oportunidade para colocar em prática o exercício antecipado de cada profissão, conjugando a experimentação com o aprendizado, o que se articula indissociadamente com o conceito e com as

atividades de Pesquisa para Graduandos;

5. Entende-se que estes conceitos e propósitos -em que Pesquisa e Extensão convergem para formação em nível de Graduação – não estão sendo percebidos e considerados pela atual gestão da CGRE/ SESu;

6. A universalização da Educação Tutorial não se alcançará, obviamente, via multiplicação de Grupos PET e expansão do número de bolsas. O MEC precisa resgatar a lógica de uma expansão pelo efeito-demonstração, objetivo principal de Grupos PET;

7. A Educação Tutorial na Graduação não logrará alcançar seus legítimos objetivos, enquanto se persistir na precarização e no abandono do Ensino Público Médio e Fundamental, com seus salários aviltantes e suas condições materiais degradantes.

8. Há uma intensa e indesejável rotatividade de ocupantes no comando da SESu, o que - somado com a inexistência de um quadro

de funcionários estáveis, que mantenham a republicana memória institucional - tem instabilizado e deteriorado programas como o PET e o Conexões de Saberes. Como agravante, essa conjuntura tem favorecido a prática de improvisações voluntaristas, caos administrativo e, então, autoritarismo e o arbítrio;

9. Provoca estranhamento que a Educação Tutorial - ou um Programa como o PET, que já consumiu muitas dezenas de milhões de Reais, com dezenas de milhares de bolsistas -jamais estejam presentes nos pronunciamentos do MEC ou nos programas de reforma universitária;

10. Professores e estudantes que buscam contribuir com a SESu, apontando desvios operacionais ou submetendo alternativas para recuperação de Programas, deveriam ser incentivados e acolhidos, pela CGRE/ SESu, segundo os pressupostos da liberdade acadêmica de pensamento e de expressão, assegurando-se sempre o cumprimento da legislação e os direitos das vozes eventualmente dissonantes.